CAPÍTULO III

Província de S. Tomé e Príncipe

§ 1.º Evolução recente, situação actual e perspectivas

1) Meio

1. As ilhas de S. Tomé e Príncipe, o ilhéu das Rolas e outros estão situados no golfo da Guiné e têm as seguintes coordenadas extremas: a norte, latitude 1º 45'; a sul, latitude 0º 0'; a oeste, longitude 6º 28'; a leste, longitude 7º 27'.

As ilhas são de constituição vulcânica e os solos basálticos. Há poucas rochas sedimentares; numa mancha siliciosa, em S. Tomé, há um afloramento petrolífero. A partir dos 200 m para o interior os solos são mais humíferos do que na costa.

A orografia é consequência da sua origem vulcânica. Há serranias que atingem cotas elevadas (até 2024 m) cortadas por vales profundíssimos ou com quedas bruscas sobre o mar. Outras zonas têm um relevo mais doce.

Em S. Tomé há alguns rios, curtos e com quedas bruscas. No Príncipe existem apenas algumas ribeiras.

O clima de S. Tomé e do Príncipe é influenciado pela sua localização centrada ou próxima do equador, pelos ventos monçónicos do sul (húmidos) e alísios do norte (secos), e pela corrente quente (27º) do golfo da Guiné.

2. A população residente em S. Tomé tem apresentado ao longo dos últimos decénios um ritmo de expansão muito baixo. Os censos registam os seguintes quantitativos populacionais:

QUADRO I

	1921	1940	1950	1960
População	55 940	60 490	60 159	63 676

Como é sabido, uma parte da população residente é constituída por imigrados.

Em 1950 residiam na província cerca de 24 100 indivíduos não naturais das ilhas; em 1955 existiam 17 800 naturais de outras províncias, subindo esse número a 22 600 em 1960.

Tem interesse analisar separadamente a evolução da população autóctone, que é formada por quatro grupos sociològicamente diferentes — forros, crioulos, tongas e angolares. Esta população autóctone contava em 1950 com 34 947 indivíduos e em 1960 com 38 680, ou sejam 60,2 e 60,7 por cento da população total. Naquele decénio a população aumentou de 10 por cento aproximadamente, o que corresponde a cerca de 0,9 por cento por ano e em média. A população europeia residente deve oscilar à volta de 1500 pessoas, além de pessoal técnico residente temporàriamente em virtude das obras dos planos de fomento.

QUADRO II

Designação	1950	1960	Composição em 1960 — Percentagens
Naturais da província e imigrados fixados	34 947	38 680	60,7
Naturais de outros territórios nacionais	25 212	24 996	39,3

A repartição etária da população da província em 1950 aplicada ao total de 1960 conduz aos seguintes resultados:

QUADRO III

	Idades		
	Até 14	15 a 60	60 e mais
Por 1000 habitantes	14,5	46,1	2,9

A taxa de natalidade cresceu ligeiramente, tendo a de mortalidade diminuído, pelo que o valor absoluto dos saldos fisiológicos denota um aumento.

A ilha de S. Tomé contava em 1960 com 92,8 por cento da população e a ilha do Príncipe apenas com 7,2 por cento. Em 1960, 45 119 habitantes da ilha de S. Tomé (76 por cento da população da ilha) viviam no quadrante nordeste, que corresponde às terras mais produtivas, enquanto os restantes 13 983 se distribuíam pelos outros três quadrantes.

2) Recursos naturais

3. O conhecimento geológico da província é ainda incompleto, limitando-se a dois os casos em que se verifica interesse pelo aproveitamento dos recursos mineiros do arquipélago: os petróleos e os depósitos de guano. A avaliação das potencialidades do subsolo das duas ilhas só será viável através dos trabalhos programados para o Plano Intercalar de Fomento nos aspectos referentes à elaboração das cartas geológica e hidrogeológica.

4. A área disponível para a produção agrícola representa, em resultado das características orográficas da ilha de S. Tomé, uma fracção relativamente limitada da sua área total. Por outro lado, os elementos já disponíveis sobre a pedologia do arquipélago indicam ser elevado o grau da sua aptidão agrária, desde que se efectuem os indispensáveis correctivos.

5. As possibilidades de aproveitamentos hidroeléctricos, ainda que incompletamente reconhecidas, não se afiguram muito latas nem oferecem condições de grande rentabilidade económica.

3) Infra-estruturas

6. As infra-estruturas físicas em S. Tomé e Príncipe são modestas, apesar do incremento registado desde o I Plano de Fomento.

A província possui um único porto, frequentado regularmente pela navegação de longo curso. Trata-se do porto de Ana Chaves, na cidade de S. Tomé, cujas obras, começadas com o I Plano de Fomento, terminaram em 1962. Possui um cais acostável de 290 m; todavia, carece ainda de obras complementares.

7. Também com o I e II Planos de Fomento se iniciou um esforço apreciável de construção de estradas em

S. Tomé. Actualmente, as duas ilhas possuem um conjunto de estradas que somam 323 km, das quais a principal é a estrada de cintura na ilha de S. Tomé.

8. No domínio das comunicações aéreas a província possui um aeródromo na ilha de S. Tomé, uma pista no Sul desta ilha e uma outra na ilha do Príncipe.

f) Estrutura económica

9. Dispõe-se, sòmente, por agora, de uma estimativa do produto interno bruto para 1958. O sector com maior contribuição para o produto interno teria sido o sector primário, como é natural, dada a estrutura económica da província.

A seguir fornece-se, em breve apontamento, uma ideia sucinta dos principais sectores da economia provincial.

10. O panorama que se apresenta, quanto à agricultura, é resultado da conjugação de dados de várias fontes, muitos deles carentes de pormenor.

Como é natural, a pequena exploração individual, orientada em parte para as culturas de auto-abastecimento, está muito pulverizada. Pelo contrário, as explorações de tipo empresa, voltadas quase que exclusivamente para a exportação, ocupam áreas muito maiores, cifrando-se, por isso, em cerca de 150 apenas.

O quadro seguinte mostra a evolução das quantidades exportadas (em números-índices) nos últimos anos dos principais produtos da agricultura de S. Tomé e Príncipe.

QUADRO IV

Exportações	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Cacau	100	68	53	108	97	73	64	94	96	98
Café	100	110	84	134	127	111	85	94	89	98
Copra	100	94	93	82	76	103	103	98	115	132
Oleo de palma	100	62	55	46	54	40	33	43	38	38
Coconote	100	64	77	87	69	67	58	69	66	66
Valor total da exportação (milhares de contos)	*206*	*248*	*162*	*175*	*210*	*231*	*187*	*212*	*161*	*152*

Em geral observa-se que a exportação (produção) em termos físicos se manteve pràticamente estacionária (oscilando entre 6000 t e 10 800 t) no que se refere ao cacau, baixou no que respeita ao café e regista uma pequena baixa em média quanto às oleaginosas. A tendência geral dos valores totais da exportação é decrescente, o que dada a relativa estacionariedade da tonelagem exportada faz supor uma baixa de cotações nos mercados internacionais, como de facto sucedeu. Após uma apreciável alta de cotações nos anos de 1951–1954 (que se reflectiu em novas plantações com entrada em produção passados oito anos), estas têm sofrido oscilações com tendência decrescente.

11. A actividade piscatória na província é ainda muito pouco significativa, sendo exercida com um ritmo irregular de ocupação por parte da população que a ela se dedica (o grupo dos angolares): cerca de 1550 pessoas, que utilizam 1664 embarcações.

A produção, segundo os números oficiais, tem atingido uma média de 580 t no período de 1957–1962, sendo de admitir, no entanto, que os valores reais se situem em posição superior: cerca de 1200 t a 1500 t por ano em 1960–1963.

12. S. Tomé dispõe de uma central a *Diesel*, com uma potência total de perto de 800 kW, e mais a central hidroeléctrica do Guegue, com uma potência que não vai além de 80 kW, e que em período de estiagem não chega a 40 kW. A cidade de Santo António dispõe de um pequeno grupo térmico.

A rede de distribuição limita-se apenas às redes das duas cidades e alguns arrabaldes e às redes internas das roças.

O consumo registado em 1958 foi de 1 153 000 kWh, o qual subiu em 1962 para 5 379 000 kWh. Mesmo contando com a entrada em funcionamento da central hidroeléctrica do rio Contador (1966), cuja potência será aproximadamente igual a 960 kW, os consumos *per capita* continuarão relativamente modestos.

13. As actividades industriais mais importantes são as que se realizam no âmbito das empresas agrícolas destinadas a preparar os produtos agrícolas para a exportação (cacau, café e oleaginosas). Outras pequenas indústrias exis-

tentes situam-se pràticamente ao nível artesanal e destinam-se a satisfazer consumos do mercado local.

14. Os quadros a seguir permitem, através da comparação dos índices, destacar algumas características do comércio externo da província reveladas no decénio de 1953–1962 e que são as seguintes:

a) O fãcto de os saldos serem constantemente positivos;
b) A tendência para a diminuição desses saldos;
c) O ligeiro crescimento das importações; e
d) O acentuado, mas também oscilante, decréscimo dos valores exportados.

Os índices de preços da exportação, com base em 1953, foram os insertos no quadro VI. A causa principal da deterioração deste índice foi a queda dos preços unitários do cacau.

Em relação aos preços unitários de importação, com exclusão das rubricas «Fios e tecidos» e «Vinhos e cerveja», verifica-se também uma descida em todos os restantes produtos mais representativos.

A análise das importações revela uma relativa dispersão por produtos e uma relativa concentração por mercados.

A consideração das séries referentes à exportação mostra que se verifica uma grande concentração por produtos e menor concentração por mercados. Os maiores mercados consumidores dos produtos da província são além da metrópole os países estrangeiros em conjunto.

As principais produções exportadas em 1962 para a metrópole foram a copra, o cacau, o coconote, o café e, por último, o óleo de palma; a maior parte das exportações para o ultramar é constituída por recipientes de vidro ou metálicos. Para o estrangeiro S. Tomé exporta, sobretudo, cacau, copra, coconote, café e óleo de palma.

Em síntese, conclui-se que:

a) A exportação de S. Tomé e Príncipe se caracteriza por uma forte concentração por produtos (só pràticamente cinco) e por uma menor concentração geográfica;
b) A metrópole revela-se, tanto na importação como na exportação, um importante mercado para a província;

c) Manifesta-se, como logo de início se acentuou, um ritmo oposto entre as importações (crescente) e as exportações (decrescente);

d) A província vê diminuir os significativos saldos da balança comercial, sustentáculo principal do equilíbrio da sua balança de pagamentos.

QUADRO V

Valores das exportações e das importações e respectivos índices

Designação	Milhares de contos									
	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Exportações (1)	246,5	248,3	161,7	173	209,5	231,5	186,6	211,8	160,6	152,2
Índices	(100)	(100,7)	(65,5)	(70,2)	(84,9)	(93,9)	(75,6)	(85,9)	(65,1)	(61,7)
Importações (2)	117,5	125,3	125,1	132,5	130,6	128,1	158,9	135,5	141,4	130,5
Índices	(100)	(106,6)	(106,4)	(112,7)	(111,1)	(109)	(135,2)	(115,3)	(120,3)	(111)
Saldos (1)/(2) =	129	123	36,6	40,5	78,9	103,4	27,7	76,3	19,2	21,7
Índices	(100)	(95,3)	(28,4)	(31,4)	(61,2)	(80,2)	(21,5)	(59,2)	(14,9)	(16,8)

QUADRO VI

Índices dos preços unitários das exportações e das importações

Designação	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Exportação (1)	100	140,7	97,1	88,7	91,2	122	112,9	104,6	76,4	67,8
Importação (2)	100	108,8	100,9	95,8	94,5	101,1	97,1	89,4	101,1	96,4
(1)/(2) 100 = ...	100	128,8	98,5	92,5	96,5	120,6	116,2	117	75,5	70,3

15. A produtividade da população agrícola autóctone, trabalhando frequentemente de conta própria, é baixa. De um modo geral, os autóctones não têm grande inclinação pelo trabalho na agricultura. Esta quase fuga aos trabalhos agrícolas — aliás comum a muitas outras populações — traduz-se na extraordinária pressão que exercem com o fim de ingressarem na administração pública da província, dada a pequena dimensão da indústria e dos serviços privados.

Conjugando estes aspectos verifica-se uma situação quase paradoxal:

a) Existência de desemprego entre a população activa natural das ilhas;
b) Necessidade de as empresas agrícolas recorrerem a mão-de-obra do exterior.

16. Tanto quanto se pode saber e apreciar, a prosperidade de S. Tomé e Príncipe assentou em quatro factores principais:

a) As elevadas cotações dos produtos exportados pelas ilhas, principalmente do cacau;
b) A apreciável ou óptima fertilidade das terras;
c) A facilidade de utilização de mão-de-obra do exterior.

A descrição a que se procedeu demonstra a extraordinária complexidade de aspectos interligados, sobre os quais é necessário actuar conjugadamente, pois uma acção que simplesmente vise o lado económico pode vir a mostrar-se ineficiente.

5) Infra-estruturas sociais

a) Educação

17. O ensino primário em S. Tomé e Príncipe apresentou no decénio de 1953–1962 um ritmo de expansão muito apreciável. O quadro a seguir dá uma ideia da evolução no decénio do número de alunos inscritos no ensino primário (oficial e privado).

QUADRO VII

Designação	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Números	2 113	2 176	2 578	2 578	2 716	2 716	3 106	4 166	3 444	4 540
Índices	100	103	122	122	129	129	147	197	163	215

O número de escolas existentes em 1962 era de 26, o que significa 175 alunos por escola.

O número de alunos inscritos no Liceu de S. Tomé passou de 43 em 1953 para 350 em 1962; o grande aumento verificou-se entre 1959 e 1960, altura em que foram criadas disciplinas de Comércio e Agricultura no 3.º e 4.º anos do Liceu e se criou o 3.º ciclo.

O problema da educação é um dos mais importantes da província, pois muitos dos defeitos das estruturas económico-sociais derivam de defeitos ou deformações das estruturas mental e psicológica. Por isso se entende que acções formativas do espírito dos indivíduos serão muito úteis. A criação do Instituto de Educação e Serviço Social e a constituição do curso de auxiliares de educação rural têm sido solução para se atender a determinados aspectos educativos não considerados no ensino comum.

b) Saúde

18. Já se salientou que a taxa de mortalidade vem diminuindo nos últimos anos.

Devido à evolução do sentido das responsabilidades sociais e a uma constante maior exigência da legislação do trabalho e de assistência ao trabalhador, a actividade privada foi lentamente constituindo um conjunto sanitário privativo bastante vasto. Muitas das grandes empresas agrícolas dispõem de hospitais e muitas outras de enfermarias e postos, que no total somam 2213 camas.

A par do conjunto de estabelecimentos privados, existe a organização sanitária oficial, que compreende um hospital central (S. Tomé), um hospital regional (Príncipe) e duas delegacias de saúde (S. Tomé e Príncipe), um centro de assistência materno-infantil (S. Tomé), um dispensário antituberculoso (S. Tomé), nove postos sanitários e duas maternidades rurais. Este conjunto oferece no total cerca de 286 camas e dispõe de um quadro de 16 médicos.

A estrutura presente dispõe de 1 leito hospitalar para 25,5 habitantes, o que constitui um índice de cobertura muito elevado.

A província dispõe de uma escola de enfermagem, que funciona no hospital central. Existe também o Instituto de Educação e Serviço Social, onde se ministra o curso de monitores de família. Pelo Decreto n.º 45 818, que promulgou o Regulamento Geral das Escolas Técnicas

dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar, foram criados vários cursos de formação básica, de especialização, de aperfeiçoamento e de actualização. Entre estes destacam-se os seguintes: curso de enfermagem pública, curso de enfermagem auxiliar de saúde pública, curso de visitadora sanitária, curso de educador sanitário, curso de educador de saúde pública, curso de microscopista, curso de enfermeira-parteira puericultora e curso de auxiliar de enfermeira-parteira puericultora, etc.

§ 2.º Objectivos do Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967

19. Como introdução ao esquema de desenvolvimento, é conveniente sintetizar as características fundamentais da economia de S. Tomé e Príncipe, a saber:

a) Composição heterogénea da população global: europeus, naturais e imigrados, com predomínio crescente dos segundos;

b) Composição complexa do grupo populacional dos designados por naturais: forros, crioulos, tongas e angolares;

c) Recente diminuição absoluta e relativa do grupo de imigrados, como consequência de uma fase de recessão da actividade agrícola, ganhando, entretanto, predominância o segmento populacional de imigrados cabo-verdianos;

d) Diminuição da mão-de-obra, em geral na agricultura, pela mesma razão;

e) Predominância da actividade agrícola sobre todas as outras;

f) Predominância das grandes empresas agrícolas sobre as restantes explorações;

g) Existência de grande número de explorações pequenas e médias na posse de naturais das ilhas;

h) Baixa produtividade das grandes empresas agrícolas e menor ainda das pequenas;

i) Relativa estabilização da produção agrícola;

j) Verificação, nos últimos anos, de uma baixa nas cotações internacionais dos produtos exportados, e consequente baixa de rendimentos da agricultura;

l) Fraca diversificação dos excedentes exportados;

m) Insuficiência das infra-estruturas económicas e sociais.

20. De entre as várias hipóteses possíveis de evolução da população, escolheu-se aquela que supõe a taxa de natalidade estável e degressiva a taxa de mortalidade, por parecer que a tendência se desenha nesse sentido. Nestes termos, a população natural da província previsível para anos futuros seria a seguinte:

QUADRO VIII

Designação	1965	1966	1967	1970	1975
População (milhares) . . .	50,2	51,6	53	57,7	66,5

A análise previsional da população autóctone interessa na medida em que se transformar em termos de população activa. Na falta de indicação da exacta composição etária deste grupo de população, poderão aplicar-se-lhe as taxas *standard*, o que permite prever que a população entre 15 e 60 anos será a seguinte:

QUADRO IX

Designação	1965	1966	1967	1970	1975
População activa (milhares)	28,1	28,9	29,7	32,2	37,2

Considerando este grupo etário da população natural das ilhas como população activa e, de acordo com a análise apresentada nos números anteriores, admitindo que a população autóctone empregue na agricultura própria era de cerca de 20 000 indivíduos, deduz-se que em cada um dos anos do triénio de 1965-1967 existirá um excedente de:

QUADRO X

Designação	1965	1966	1967
Excedente de activos (milhares) . .	18,1	18,9	19,7

Da limitada informação disponível verifica-se que em 1963 se ocupavam no trabalho das grandes empresas agrícolas menos de 2000 naturais (tongas) adultos e na pesca aproximadamente outros 1600 naturais (angolares). Desconhece-se qual o número de naturais empregados nas actividades secundárias e nos serviços privados e públicos; supõe-se, no entanto, que o número de indivíduos activos empregados nestas actividades não excederá os 3500.

A administração pública não terá possibilidades de absorver mais pessoal. Não se considera viável, nas condições presentes, qualquer expansão da indústria ou dos serviços particulares susceptíveis de absorver uma grande parte daqueles excedentes de mão-de-obra. A expansão da pesca poderá, a verificar-se, elevar o número de activos empregues naquele ramo para cerca de 2000 unidades.

21. Sendo assim, é de admitir que no triénio de 1965-1967 os excedentes não ocupados serão os seguintes:

QUADRO XI

Designação	1965	1966	1967
Excedentes não ocupados (milhares)	10,6	11,5	12,2

A absorção da maior parte destes excedentes poderia obter-se encaminhando-os progressivamente para a agricultura mediante a revisão de alguns aspectos da regulamentação do trabalho.

Sabe-se que não há integral aproveitamento das terras disponíveis, mesmo das reconhecidas como aptas à agricultura pela administração provincial; pelo menos, o aproveitamento que existe em alguns casos parece não ser o mais conveniente.

Por isso, julga-se viável tentar colocar parte da mão-de-obra disponível no trabalho directo e de conta própria.

Encara-se a aquisição de algumas propriedades actualmente à venda nas melhores zonas da ilha de S. Tomé e, aproveitando as instalações existentes, a preparação de áreas convenientes para serem instalados núcleos de agricultores independentes.

22. A consideração das estruturas psicológicas da população — mormente da população autóctone — conduz à necessidade de encarar o processo de transformação económica e social sob ângulos muito mais vastos que a simples perspectiva económica ou até sociológica: trata de provocar uma quase transformação cultural em muitos aspectos da sociedade de S. Tomé. Esta transformação revela-se tão imprescindível na sequência da primeira solução, atrás sugerida, como na execução da segunda.

Atendendo à necessidade de prosseguir, nas nossas províncias ultramarinas, os programas de desenvolvimento comunitário adequados, foram esses programas considerados na nova orgânica do ensino primário (Decreto-Lei n.º 45 908, que promulgou a reforma do ensino primário elementar a ministrar nas províncias ultramarinas), esperando-se que possam vir a ser apreciáveis meios para promover tal transformação. Os resultados satisfatórios do curso de auxiliares de educação rural parecem confirmar a utilidade de uma acção educativa de base.

23. Verifica-se, pelas estatísticas do comércio externo, que mais de 90 por cento da produção exportada tem origem nas grandes empresas agrícolas. Reputa-se, ainda, que cerca de 80 por cento da produção total da província tem igual origem.

Nestes termos, a actividade de tais empresas é fulcral no conjunto da economia da província. Conseguir que elas alcancem maiores produções e mais elevadas produtividades é conseguir, portanto, um progresso para a economia de S. Tomé e Príncipe.

A análise feita da agricultura e o que se depreende dos estudos realizados sobre o sector levam a concluir que, presentemente, a agricultura de S. Tomé só poderá vencer a crise provocada pela baixa de cotações se alcançar redução apreciável nos seus custos de produção ou se introduzir novas culturas e enveredar pela industrialização de alguns dos seus produtos.

24. Importa considerar as possibilidades de financiamento a partir da mobilização das poupanças locais.

Os elementos de informação disponíveis mostram que a poupança privada é insusceptível de contribuir eficazmente para o financiamento do plano de transição, pelo que, independentemente de providências fiscais ou outras, atinentes a incentivar o aforro e a fomentar a sua fixação

no território, o financiamento do programa de investimentos terá de ser feito por via de empréstimos metropolitanos, com eventual excepção dos investimentos a realizar por algumas empresas agrícolas que se autofinanciem.

Na situação presente, o financiamento deste Plano terá de ser feito através de empréstimos metropolitanos.

§ 3.º Descrição dos programas

I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base

1) Conhecimento científico do território

25. *a*) *Cartografia geral.* — Essencialmente há que concluir os trabalhos de cadastro da propriedade rústica na escala de 1/10 000, bem como a revisão da carta da província de 1/25 000, iniciada na vigência do II Plano de Fomento.

Proceder-se-á também aos trabalhos de cadastro nas escalas de 1/5000, 1/2000 e mesmo 1/1000, de acordo com a dimensão da propriedade rústica.

Haverá ainda que promover a impressão das folhas da carta de 1/25 000 revistas, bem como da carta cadastral na escala de 1/10 000.

b) *Hidrologia.* — Sugere-se o estudo das aptidões aquíferas relacionadas com a possibilidade económica de exploração de águas.

c) *Meteorologia.* — Durante o triénio há necessidade de aquisição de equipamento, principalmente postos meteorológicos automáticos.

2) Investigação científica

26. As actividades com maior interesse neste aspecto para o desenvolvimento económico de S. Tomé e Príncipe dizem respeito à investigação agronómica e são por isso referidas no respectivo programa sectorial.

Há, no entanto, outros campos de acção que convirá considerar sob a presente rubrica.

Assim, a necessidade do estabelecimento de um ponto focal para a coordenação e centralização dos estudos em investigações de natureza científica respeitante a S. Tomé e Príncipe recomenda a criação de um Centro de Estu-

dos em moldes paralelos aos dos centros a criar ou já existentes noutras províncias ultramarinas.

Por outro lado, afigura-se de todo o interesse desenvolver e aprofundar os estudos da população nos seus múltiplos aspectos: antropologia, etnologia, antropologia cultural, etc. Tais estudos poderão, como vantagem, ficar a cargo dos organismos especializados do Ministério do Ultramar.

3) Estudos de base

27. *a) Documentação estatística.* — Prevê-se para o triénio de 1965–1967 que se proceda ao reajustamento às necessidades actuais e o aperfeiçoamento das estatísticas actualmente elaboradas, à organização das estatísticas de mão-de-obra e dos salários, dos investimentos, dos serviços e da distribuição e ao lançamento de inquéritos agrícolas e às contas familiares.

b) Estudos económicos. — Dentro do plano de actividade traçado está prevista a realização de estudos económicos, com vista ao fomento do comércio, da indústria e do turismo, através de um centro de estudos económicos da província.

c) Estudos demográficos. — A análise das estruturas demográficas nos vários aspectos relevantes à determinação das tendências evolutivas e das características estruturais com implicação sobre planeamento económico-social constitui tarefa essencial para a estruturação de planos futuros.

Dentro do esquema traçado está prevista a realização, ao nível das várias províncias, com o apoio de um núcleo central, funcionando em ligação íntima com o órgão central de planeamento, de estudos dos problemas demográficos locais.

d) Coordenação de documentação técnico-económica. — Dentro do plano de montagem de uma organização à escala nacional capaz de assegurar em condições de eficiência a coordenação de documentação técnico-económica, prevê-se a montagem de um centro de documentação técnico-económica na província.

II — Agricultura, silvicultura e pecuária

28. Julga-se necessário prestar eficaz assistência técnica às médias e grandes empresas agrícolas, reactivar

as pequenas e pequeníssimas explorações agrícolas e eventualmente orientar uma parte da população para novas formas de exploração da terra.

1) Investigação básica

29. Qualquer destes tipos de acção requer um conhecimento científico tão exacto quanto possível do que os serviços competentes vão aconselhar e pedir. Assim, tem-se por conveniente a preparação do pessoal qualificado necessário e a consolidação dos serviços de investigação agrícola para intensificar e acelerar os estudos e trabalhos básicos.

Em conformidade com este objectivo, deverão ser facultados os meios necessários para a difusão de sementes e plantas melhoradas e para a montagem de campos-modelo em que se demonstrem métodos modernos de cultivo, principalmente no que respeita à adubação mineral, ao sombreamento, à poda e à protecção fitossanitária.

2) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris

30. O desenvolvimento da agricultura não se poderá processar sem o estabelecimento na província de um adequado serviço de assistência técnica à agricultura por meio de agentes convenientemente preparados e com tempo disponível para prestarem essa assistência. Sobretudo os agricultores explorando pequenas e pequeníssimas propriedades necessitam de sofrer os efeitos de uma campanha de educação básica, juntamente ou preparatória da introdução de novos métodos de cultivo. O ensino agrícola sistemático terá de ser encarado em moldes realistas e adaptados à província, uma vez que os estabelecimentos de ensino secundário actualmente existentes apenas produzem pessoal qualificado para os serviços ou pessoal habilitado ao ingresso nas Universidades.

3) Esquemas de regadio e povoamento

31. Parece possível aproveitar algumas terras propícias à agricultura com maior eficiência, ou, pelo menos, com maior utilidade que aquela que actualmente proporcionam, através da instalação de agricultores indepen-

dentes trabalhando directamente a terra, tanto naturais como de origem cabo-verdiana.

As terras a aproveitar deverão beneficiar de algumas readaptações; os novos agricultores deverão ser acompanhados com atenção nos primeiros tempos e ser-lhes proporcionada a conveniente educação cooperativa; o esquema de povoamento deverá ser cuidadosamente elaborado, de tal forma que os primeiros resultados constituam um paradigma.

III — Pesca

32. Não justificando a maior parte dos frágeis «dongos» o exercício da respectiva motorização (com aparelho propulsor para trabalho fora de borda), pondera-se a sua substituição gradual nos principais núcleos piscatórios por unidades mais eficientes, com comprimento de cerca de 7,5 m e motor à volta de 10 H. P. (de combustão interna, com arrefecimento por ar, de maior robustez e menor consumo que os motores de explosão).

Tais pequenos barcos, podendo utilizar gama diversificada de aparelhos de pesca, seriam de porte similar aos ensaiados intensivamente pela F. A. O. na África Ocidental e Ásia.

Subsequentemente, haverá que prosseguir, segundo os resultados obtidos nesta 1.ª fase, com a substituição das canoas em exercício.

Devendo o entreposto frigorífico, a instalar por empresas de Cabo Verde, constituir centro de desenvolvimento da pesca industrial em S. Tomé e Príncipe, induzindo a participação da província no comércio internacional de atuns e peixes afins, será de favorecer, incentivando o esforço privado, o arranque da captura oceânica de atuns por embarcações da província. Para o efeito, sugerem-se dois atuneiros para operar, designadamente, ao longo do golfo da Guiné, e pelo que, integrando-se na classe dos designados *baby tuna clippers*, tais unidades caracterizar-se-ão por uma tonelagem que não ultrapassará 150 t AB e com autonomia para 3500–4000 milhas marítimas.

33. A este fim se consignaram, além das câmaras de refrigeração com que há que favorecer a recepção e distribuição do pescado, as oficinas para secagem ou fumagem das espécies com mais débil procura em fresco.

Assim, de acordo com a expansão das capturas que se registar, serão implantadas pequenas câmaras de refrigeração que concorram para a regularização das flutuações diárias nos principais centros piscatórios das ilhas de S. Tomé e Príncipe.

Integradas nas unidades que referimos atrás, a fabricação de gelo com que há que ampliar a produção actual e a recepção das capturas obtidas pela pesca industrial, as câmaras de refrigeração a instalar consignam-se essencialmente ao pescado do sector artesanal. Nesta acepção, e admitido que o respectivo volume tenderá a expandir-se no triénio a cerca de 2600 t, a tal regime corresponderia a produção média diária de 7 t de pescado. Obviamente, as flutuações das capturas poderão implicar que as produções diárias atinjam, nos períodos de maior intensidade, 20 t a 25 t, pelo que, dadas as condições climatéricas de S. Tomé e Príncipe, convirá contar com o máximo de 10 t a 12 t, pois só será de abstrair, pràticamente, a porção destinada à secagem ou fumagem.

Deste modo, referindo-se a armazenagem de pescado adicionado de gelo a período geralmente aquém de uma semana, crê-se que será suficiente a disponibilidade de câmaras com uma capacidade global da ordem de 65 t a 70 t (mesmo que se atenda ao restrito número de unidades de maior dimensão cuja instalação seja recomendável para melhoria da distribuição nos centros de consumo de maior relevo).

A morosidade da secagem nos períodos mais desfavoráveis recomenda que nas oficinas poderão ser adoptados fornos para fumagem quente, utilizando para o efeito madeiras densas.

O número de unidades a instalar será, porém, reduzido, pois mesmo que se admita, como se referiu, que um terço a metade do pescado se destinará à secagem (ou fumagem eventual), em incidência a diminuir pela disponibilidade de meios frigoríficos, quatro a cinco oficinas com capacidade unitária da ordem de 150 t de peixe seco por ano, a construir nos principais centros piscatórios, laborarão a tonelagem prevista.

Pondera-se, ainda, para contrariar o acentuado parcelamento de unidades, que nos centros a dotar com oficinas de secagem se incentive uma exploração integrada, que favoreça a maior regularidade do trabalho, inclusive através da constituição de cooperativas de pescadores, quando de reconhecida utilidade para a economia da província.

IV — Energia

1) Estudo, produção, transporte e distribuição

34. Presentemente encontra-se em execução um aproveitamento hidroeléctrico no rio Contador.

Prevê-se que o aproveitamento do rio Contador, com uma potência instalada de 2400 kVA, repartida por dois grupos geradores com turbinas *Pelton* de eixo horizontal, possa entrar em serviço no fim de 1966, juntamente com a linha de 30 kV, que ligará a central à cidade de S. Tomé (cerca de 30 km de extensão).

A análise da curva de evolução da ponta da rede mostra que, na hipótese de crescimento que se admitiu, o sistema produtor actual se encontraria saturado em 1965–1966, consoante a potência de garantia a atribuir ao aproveitamento do Guegue, devendo entrar-se em regime de restrições antes do início de funcionamento da central do Contador. A acrescer ainda o facto de não estar incluída nestes raciocínios qualquer potência de reserva.

A primeira conclusão a tirar, com importância para o planeamento energético da ilha, é que deverão continuar a programar-se os trabalhos de construção do aproveitamento do Contador de modo a poder entrar em serviço em 1966, conforme se encontra actualmente previsto, recomendando-se o prosseguimento do estudo das condições de satisfação das pontas (e dos consumos), que exige o conhecimento das possibilidades de contribuição do aproveitamente do rio Contador em potência e energia.

Para além deste Plano, com base nos elementos estatísticos a recolher nos próximos anos, haverá que definir o tipo e a data de construção de um novo meio de produção, possivelmente térmico, de modo a dar satisfação ao aumento de consumos que se deverá verificar com a valorização do plano de electrificação da ilha que actualmente se prevê.

Para a cidade de Santo António, na ilha do Príncipe, presentemente alimentada com um grupo gerador, prevê-se a aquisição de uma instalação de produção própria, estando a cargo dos serviços oficiais a execução do respectivo projecto.

No domínio do transporte, situa-se dentro do período do Plano Intercalar a linha de 30 kV ligando a central do Contador à cidade de S. Tomé, a qual se encontra presentemente em fase de concurso e adjudicação.

A execução do plano de electrificação de povoações está situada sòmente para além do período do Plano Intercalar. Atendendo, no entanto, à relativa disponibilidade de energia a seguir à entrada em serviço do aproveitamento do Contador e à possibilidade de os projectos de electrificação ficarem concluídos ainda dentro do período referido no Plano, prevê-se que algumas das povoações possam ser electrificadas nos próximos anos.

V — Indústria

1) Indústria extractiva

a) Carta geológica

35. A verba prevista destina-se a custear os trabalhos de reconhecimento geológico com o fim da publicação da carta geológica e para apoio dos trabalhos de hidrologia e pedologia.

b) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

36. Os trabalhos a levar a cabo no triénio referem-se à realização de estudos hidrogeológicos, localização de furos de sondagem e execução de algumas captações.

c) Fomento mineiro

37. Durante o Plano Intercalar de Fomento está previsto o estudo das ocorrências de guano e prospecção de pedreiras.

2) Indústria transformadora

38. Parece econòmicamente viável e racional a instalação de unidades para tratamento e beneficiação das produções locais mais significativas destinadas à exportação.

Seria, pois, de considerar a instalação das seguintes unidades:

3 centrais tecnológicas de cacau;
3 centrais tecnológicas para a extracção de óleo de palma.

O mercado local dificilmente justificaria a instalação de novas indústrias convenientemente dimensionadas.

Analisando o quadro das principais importações, verifica-se que apenas a importação de milho em grão — 2500 t a 3000 t — poderia servir de base à instalação

de uma moagem. Há, ainda, que acrescentar a produção local, aliás diminuta, e a farinha importada.

Haveria, no entanto, que modificar, além dos hábitos de consumo, a estrutura do emprego, de modo a não deixar tempo para a morosa, mas tradicional, transformação no pilão caseiro e desenvolver o espírito de cooperação, tornando-a, além de útil, necessária.

VI — Transportes e comunicações

1) Transportes rodoviários

39. A província dispõe de um «Plano de estradas» provisório, do qual vêm sendo executadas as vias de comunicação de maior interesse e em relação às quais não existem dúvidas quanto a prioridades e características.

Procura-se com as obras que se aconselham dar seguimento a trabalhos já iniciados e servir as zonas de maior interesse imediato, quer da ilha de S. Tomé, quer da do Príncipe.

Assim, na primeira prosseguir-se-á com a «estrada de cintura», agora entre Santa Catarina e Santo António, numa extensão de cerca de 32 km.

Na segunda preconiza-se o estabelecimento da ligação da cidade de Santo António ao aeroporto, que dela dista perto de 4 km apenas.

Há também a considerar a importância de que se reveste a conservação e manutenção das estradas construídas.

2) Portos e navegação

39. Os empreendimentos a executar de 1965 a 1967 são os estudos relativos a:

Cabotagem entre as ilhas;
Local e características das obras acostáveis em S. Tomé;
Características de idênticas obras no Príncipe.

Não se julga materialmente possível que qualquer dos empreendimentos tenha início dentro do triénio compreendido entre 1965 e 1967, por isso, neste Plano, ele se destina exclusivamente à organização dos necessários projectos.

A aquisição eventual de um barco de cabotagem e a construção de obras em S. Tomé e no Príncipe far-se-iam no quinquénio seguinte.

3) Transportes aéreos e aeroportos

40. Tendo em conta não apenas a urgência de que se revestem, mas também as possibilidades de conclusão dos necessários projectos e de execução das respectivas obras, recomenda-se a realização de trabalhos nos aeródromos de S. Tomé e do Príncipe.

Neste período deverá procurar-se introduzir nos transportes aéreos os melhoramentos que se julgam indispensáveis.

Quanto a material de voo, prevê-se a aquisição de dois aviões bimotores ligeiros, de capacidade até seis lugares, que oportunamente substituam os aparelhos obsoletos existentes.

No que se refere a pessoal, as despesas acima apontadas deverão sair de dotações orçamentais.

4) Telecomunicações

41. Os trabalhos incluídos sob esta rubrica têm em vista melhorar as comunicações internas e com o exterior, através de um programa que, embora modesto, se tem como correspondendo às reais necessidades da província.

É o seguinte o quadro de melhoramentos que se prevê:

Cabos urbanos, interurbanos e traçados.

Melhoramento dos centros emissores e receptores de S. Tomé e Príncipe.

Conclusão do novo edifício de S. Tomé e ampliação do do Príncipe.

VII — Habitação e melhoramentos locais

1) Habitação

42. Embora as necessidades sejam inúmeras, reconhece-se como absolutamente indispensável levar a actividade particular a suprir em grande parte essas necessidades, o que não tem sucedido até agora.

2) Melhoramentos locais

43. Prevê-se a conclusão dos empreendimentos programados no II Plano de Fomento e outros empreendimentos para abastecimento de água a pequenos aglomerados populacionais.

VIII — Promoção social

1) Educação

a) Ensino primário

44. A planificação contínua da actividade educativa tem de ser mantida em estreita ligação com o processo de desenvolvimento económico, de modo a tornar-se possível assegurar, no tempo e no espaço, uma concordância tão perfeita quanto possível entre a oferta e a procura no que respeita a cada tipo de capacidade profissional. Por outro lado, tem-se como indispensável a necessidade de envidar todos os esforços no sentido de manter um equilíbrio constante entre os diferentes graus de ensino (primário, médio e superior) e os diversos tipos de ensino (geral e profissional, literário, técnico e científico).

Além disso, dadas as vantagens substanciais e a curto prazo que determina no desenvolvimento económico, a *educação de adultos* deverá ser objecto de um vasto e intenso esforço, orientado este mais no sentido de um desenvolvimento da aprendizagem do que no prolongamento da escolaridade.

Teremos assim como objectivos a fixar para o ensino elementar básico:

1.º Generalização do ensino primário num período máximo de vinte anos;
2.º Realização de programas de grande envergadura em matéria de educação de adultos.

b) Ensino liceal e técnico

45. O ensino secundário e médio assegura a formação de técnicos especializados — base do desenvolvimento económico —, o acesso crescente ao ensino superior — donde sairão os quadros directivos — e também a formação de pessoal docente, ao qual caberá ministrar a instrução elementar básica.

Porém, a falta de elementos sobre as necessidades a determinar pelo desenvolvimento económico da província, a que o ensino terá de ocorrer, não permite fixar objectivos precisos, em termos de quantidade, que garantam o equilíbrio desejável.

2) Saúde e assistência

46. No tocante a construção, consideram-se como necessárias as verbas para a instalação de duas subdelegacias de saúde, uma nas Neves e outra em S. João dos Angolares, medida que permitirá descongestionar a cidade de S. Tomé, onde actualmente vive a totalidade dos médicos da província.

No capítulo da saúde haverá que intensificar os esforços no sentido da erradicação da malária.

Os estudos para tal campanha foram realizados pela Missão das Endemias.

Igualmente se prevê a melhoria do apetrechamento e a ampliação das instalações existentes.

3) Radiodifusão

47. Os empreendimentos a levar a efeito neste sector são os seguintes: edifício dos estúdios em S. Tomé, material de estúdios e melhoramento de antenas; ligação em cabo. Estúdios. Emissores.

Investimentos programados para a província de S. Tomé e Príncipe para o período de 1965-1967

QUADRO XII

I) Resumo por sectores

Empreendimentos	Contos
I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base	25 000
II — Agricultura, silvicultura e pecuária	30 000
III — Pesca	15 000
IV — Energia	20 000
V — Indústria	20 000
VI — Transportes e comunicações	42 500
VII — Habitação e melhoramentos locais	9 000
VIII — Promoção social	18 500
Total	180 000

QUADRO XIII

2) Desenvolvimento por empreendimentos

Empreendimentos	Contos
I — Conhecimento científico do território e das populações, investigação científica e estudos de base	*25 000*
1) Conhecimento científico do território	15 000
a) Cartografia geral	9 500
b) Hidrologia	1 500
c) Meteorologia	4 000
2) Investigação científica	6 000
a) Centro de estudos	4 500
b) Bolsas de estudo	1 500
3) Estudos de base	4 000
II — Agricultura, silvicultura e pecuária	*30 000*
1) Investigação básica	6 000
2) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	12 000
3) Esquemas de regadio e povoamento	12 000
III — Pesca	15 000
1) Investigação e assistência técnica	4 000
2) Pescas	2 500
3) Regularização do abastecimento interno do pescado e instalações de terra	8 500
IV — Energia	*20 000*
1) Estudos, produção, transporte e distribuição	20 000
V — Indústria	*20 000*
1) Indústria extractiva	8 000
a) Carta geológica	2 000
b) Aproveitamento de meios de obtenção de água doce	4 000
c) Fomento mineiro	2 000
2) Indústria transformadora	12 000

Empreendimentos	Contos
VI — Transportes e comunicações	*42 500*
1) Transportes rodoviários	30 000
2) Portos e navegação	1 000
3) Transportes aéreos e aeroportos	9 000
4) Telecomunicações	2 500
VII — Habitação e melhoramentos locais	*9 000*
1) Habitação	3 000
2) Melhoramentos locais	6 000
VIII — Promoção social	*18 500*
1) Educação	6 000
2) Saúde e assistência	9 000
3) Radiodifusão	3 500
Total	**180 000**